



Seminario Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

HISTÓRIA DOS TRABALHADORES NA FRONTEIRA ENTRE O OESTE DO PARANÁ/BR E O DEPARTAMENTO DE CANINDEYÚ/PY

CÍNTIAFIOROTTI LIMA⁵⁸

RESUMO

Este texto apresenta parte dos resultados da pesquisa de doutorado em História desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia, que tinha como objetivo problematizar as mudanças nos modos de vida dos trabalhadores envolvidos no transporte e comércio legal/ilegal de mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai, recuando do tempo presente para a década de 1940. O recorte espacial concentrou-se em cidades localizadas na fronteira Oeste do Paraná/BR com municípios do Departamento de Canindeyú/PY.

O intuito foi compreender, a partir das experiências de trabalhadores envolvidos com o transporte não regulamentado legal e/ou ilegal de mercadorias na fronteira, como eles vivenciam e interpretam o trabalho na fronteira, lidam com a construção de identidades e com a criminalização de suas práticas. Para tanto, utilizamos fontes orais no esforço de valorizar a subjetividade trazida pelos entrevistados. Entre estes, dialogamos com os moradores de regiões portuárias, trabalhadores envolvidos no comércio legal e ilegal de mercadorias (desde produtos agrícolas a industrializados), empresários, fiscais da receita, policiais e militares. Também foram analisados auto criminais de contrabando, jornais locais e legislações direcionadas ao trabalhador migrante.

As fontes orais foram recolhidas durante as entrevistas com trabalhadores de nacionalidades brasileira, paraguaia e argentina, moradores de Guaíra, Mundo Novo e Salto del Guairá. Entre os 31 entrevistados estão: 13 vendedores formais e/ou informais em lojas de importados em Salto del Guairá, sendo a maioria deles atravessadores de mercadorias na fronteira; 01 vendedor ambulante em Salto del Guairá; 01 ex-atravesador de cigarros; 01 policial federal aposentado; 02 militares reformados do Exército; 01 ex-funcionário da Receita Federal; 01 funcionário da Receita Estadual; 01 jornalista; 05 proprietários de lojas de importados em Salto del Guairá; e 05 moradores que viveram ou vivem entre essas cidades nas proximidades dos portos de travessia onde são passadas mercadorias.

Houve elaboração prévia de roteiros de acordo com o perfil profissional de cada entrevistado. Porém, os roteiros não foram seguidos exatamente conforme o planejamento inicial. Novas questões foram levantadas em meio às informações apresentadas pelos entrevistados, respeitando os momentos de suas próprias seleções, que indicavam o que consideravam importante expor. No processo de levantamento das fontes orais, avaliamos como seria importante refletir as problemáticas a partir da elaboração de questões que permitissem aprofundar elementos acerca da subjetividade dos sujeitos. Para tanto, foi preciso criar condições para que o entrevistado pudesse refletir sobre seu relato, a fim de proporcionar a troca de experiências a respeito dos assuntos abordados e o *"compartilhar social dos sentidos e significados que ambos*

⁵⁸ Cíntia Fiorotti Lima. (Doutorado em História pela UFU-MG/BR. Pós-doutorado pela UNIOESTE-PR/BR. Professora visitante no curso de história-licenciatura UNILA). E-mail: cintiafiorotti@hotmail.com



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

atribuem à realidade social", fazendo da entrevista um "experimento de igualdade" (Portelli, 2007). Contudo, procuramos fazer desse experimento de igualdade uma relação que assegure o próprio lugar do pesquisador na entrevista.

Assim, consideramos que foi fundamental ouvir e procurar os "porquês" para entender a forma como o trabalhador interpreta e elabora sua própria história de vida e trabalho. Isso contribui para o pesquisador ter acesso a sentimentos, a angústias e a expectativas que o sujeito constrói conforme vivencia uma série de problemas e de mudanças particulares e comuns a outros trabalhadores. Além disso, como lembra Paulo Roberto de Almeida (2005), embora os trabalhadores compartilhem de um lugar, de uma cidade, com experiências comuns, isso não implica dizer que as experiências e as expectativas são as mesmas para todos, mas que estão "[...] intimamente ligadas à trajetória de cada um e ao lugar de onde se fala" (Almeida, 2005, p.146).

Neste sentido, ao longo da pesquisa procuramos nos aproximar da construção de uma leitura que atribuísse um sentido à História onde os trabalhadores fossem percebidos como sujeitos. Por isso, construímos uma interpretação com base na problematização e investigação das perdas, das conquistas, das expectativas, dentre outros elementos e sentimentos, experimentados e referenciados pelos trabalhadores ao falarem sobre suas trajetórias ocupacionais. Isso, problematizando os documentos que expressem suas referências e os conflitos entre os grupos sociais envolvidos nesse processo.

Entretanto, é preciso explicitar que além das fontes orais outros suportes documentais foram utilizados. Uma fonte escrita relevante para esta pesquisa foram os autos criminais catalogados como "crime de contrabando" em cidades ao oeste do Paraná/Brasil com o leste do departamento de Canindeyú/Paraguai pertencentes ao Fundo Documental do Fórum da Comarca de Toledo (1954 a 1980), que encontra-se alocados no Núcleo de Documentação e Pesquisa - NDP, no Campus de Toledo-PR.⁵⁹ Além destes, foram pesquisados na Comarca de Foz do Iguaçu autos criminais sobre "contrabando" entre 1980 e 1993 de apreensões ocorridas na localidade de Guaíra-PR.⁶⁰ Procuramos estes autos criminais para compreender como, entre as décadas de 1950 e 1990, o transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias era interpretado pelos trabalhadores acusados e pelos representantes do Estado envolvidos nas prisões, inquéritos e processos. Com a leitura de tais fontes, identificamos dentre outros aspectos, o perfil socioeconômico dos trabalhadores presos e as interpretações dos mesmos sobre a legitimidade de seus atos perante a legislação e repressão fronteiriça. Ainda, percebemos como os representantes do Estado, entre eles policiais, fiscais, militares do exército, promotores e juízes possuem interpretações diferentes no processo de avaliação das versões apresentadas pelos trabalhadores e das leis que criminalizam e punem o "contrabando".

Entre as fontes escritas, também estão os documentos legais resultantes das ações do Estado no esforço de disciplinar a circulação de mercadorias entre o Brasil e o Paraguai – por exemplo, as leis e os regulamentos aduaneiros que determinam o "legal e o ilegal". Alguns desses documentos foram de fácil acesso por estarem disponíveis na *internet*, em sites oficiais dos governos federais do Brasil e do Paraguai, tais como,

⁵⁹ Pesquisa com 16 autos criminais catalogados como "crime de contrabando" em: BOSI, Antônio (Org.). Catálogo da Coleção dos Autos Criminais da Comarca de Toledo (1954-1980). 1. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

⁶⁰ Pesquisa com 2 autos criminais, possibilitada em 2013 por Wilson Guerra, Distribuição de Foz do Iguaçu.



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

Código Aduaneiro, Código Penal Brasileiro e o Código del Trabajo. Esses registros são observados como reflexos dos conflitos entre as classes sociais envolvidas e o interesse do Estado em controlar ou mesmo criminalizar essas formas de trabalho.

Também foram pesquisadas matérias sobre os conflitos e percepções sobre os trabalhadores envolvidos no transporte e comércio de mercadorias na fronteira presentes nos jornais impressos *O Paranazão*, no período de 1996 a 2002, o qual depois troca de proprietário e nome, passando a chamar-se *Rio Paranazão*, de 2003 a 2015. Desde 1996, possui circulação entre os três municípios fronteiriços, sendo mantido financeiramente pela venda e pelos anúncios de lojas de importados em Salto del Guairá e várias empresas de Guaíra e Mundo Novo. Os poderes públicos municipais dessas três cidades aparecem em matérias com divulgações das gestões e informações sobre os assuntos relacionados aos municípios. Os jornais tinham divulgação semanal estruturada, no geral, com páginas destinadas às ações policiais, à economia, à política, ao social e aos esportes. O jornal foi selecionado como fonte para a pesquisa porque indica como a imprensa percebia e noticiava os trabalhadores e os assuntos relacionados aos mesmos.

Neste artigo, devido aos limites impostos e aos seus próprios objetivos, o diálogo com todas estas fontes aparecera de forma indireta. Em síntese, não serão trazidas as fontes analisadas de forma explícita, mas as análises das mesmas e dos resultados observados ao longo da pesquisa. Além disso, é válido destacar que as observações são marcadas pelos recortes temporais entre as décadas de 1940-1960, 1970-1980 e 1990-2015, períodos em que identificamos algumas mudanças no trabalho na fronteira.



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

DESENVOLVIMENTO

Em linhas gerais, por meio das fontes levantadas ao longo da pesquisa, observamos que a organização do mundo do trabalho na fronteira entre os anos de 1940 e 1960 possuía características próprias resultantes de diversos elementos presentes na época; entre eles, o tipo de economia local marcada pelo trabalho rural e pela presença das empresas de exploração de madeira e erva-mate articulados às diferenças cambiais entre os países vizinhos. Além disso, ele também sofria interferência com a forma em que o Estado lidava com a fiscalização e o controle das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina e a concepção e valores que eram construídos pelos sujeitos que lidavam com uma realidade específica de vida e trabalho na época citada. Nesse período, também observamos que há uma mudança significativa na forma como as relações com a fronteira e os países vizinhos são articulados.

Por exemplo, na década de 1940 ocorria um trânsito intenso de mercadorias e pessoas voltado para atender as necessidades de consumo local e a mobilização de vários trabalhadores na procura por formas de sobrevivência nas regiões de fronteira. Exemplo disso se tem na presença significativa de trabalhadores argentinos e paraguaios em Vila Guafra e o acesso a mercadorias necessárias para o consumo por meio das pessoas que transitavam entre a fronteira Brasil/Argentina e Brasil/Paraguai. O comércio de madeiras e erva-mate, legal ou não, envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina, também acontecia de forma significativa no período, sem um rígido controle de fiscalização por parte do Estado. A população local possuía uma

percepção diferenciada sobre o transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira em 1940 das décadas seguintes. Transportar produtos agrícolas ou mercadorias industrializadas, fosse para uso doméstico ou para a comercialização, aparentemente não era percebida como crime.

Por outro lado, entre as décadas de 1950 e 1970, os relatos indicaram uma presença maior da atuação do Estado no controle da entrada e saída do café entre o Brasil e o Paraguai. Essa presença trouxe mudanças na forma de leitura dos sujeitos entrevistados com relação ao que se configurava ou não como "contrabando", ou mesmo ilegalidade no trânsito de mercadorias na fronteira. Embora o comércio de outros produtos agrícolas e de outras mercadorias estivesse presente, ele não era criminalizado como o café. A intervenção do Estado trouxe mudanças na leitura de valores e costumes feita pelos sujeitos que viviam nesse lugar. Relativamente a isto, os próprios costumes desses sujeitos foram resgatados enquanto faziam a leitura dessas mudanças, percebendo-se que, para a realidade de trabalho vivida na fronteira, as formas de trabalho e a possibilidade de melhores ganhos faziam-se de acordo com as poucas possibilidades existentes.

Nas fontes analisadas, o fluxo maior de contrabando de café aparece sendo do Brasil em direção ao Paraguai. Para muitos, a prática do transporte não regulamentado de café, tida como algo ilegal, era associada ao enriquecimento de pessoas que já possuíam melhor poder aquisitivo para investir em tal prática e ter maiores ganhos. No caso dos trabalhadores com menor condição financeira que aparecem nos autos criminais pesquisados, tais como os



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

motoristas de caminhão, carregadores e ajudantes (declarando-se trabalhadores rurais), tal prática parecia representar uma renda muitas vezes complementar e/ou esporádica, para a manutenção de suas necessidades de sobrevivência e de suas famílias. O transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira apresentou significados diferentes para os entrevistados, dependendo da posição que os sujeitos ocupavam nas relações entre capital e trabalho.

Comercializar e transitar com produtos agrícolas que não sofriam repressão na fiscalização por parte do estado era encarado e entendido como algo "legítimo" para os costumes da maioria da população rural, tratando tais situações como "ilegalismos", ou seja, atividades desenvolvidas pela população local que deveriam ser criminalizadas dentro dos códigos nacionais, mas que devido a função social das mesmas nas comunidades fronteiriças elas acabavam sendo toleradas. Exemplos disso podem ser encontrados no trânsito de mercadorias na fronteira para abastecer ao comércio de consumo local e de cidades próximas com produtos industrializados ou em natura, que não eram foco principal de controle por parte do Estado.

Por fim, os anos de 1970 e 1980 expressam uma mudança significativa na forma como os trabalhadores e os dispositivos estatais passaram a lidar e interpretar o comércio de mercadorias na fronteira. Contribuiu para isto a mudança na configuração das mercadorias que passam a chegar a Salto del Guairá pelo processo de abertura econômica do Paraguai e ampliação de Ciudad del Este como centro comercial de entrada e saída de mercadorias importadas. Em grande medida, estas passaram a serem

compradas pelos comerciantes de Salto del Guairá para atender as novas necessidades de consumo presentes nas cidades fronteiriças e próximas a essa região.

Neste sentido, observa-se a existência de uma mudança no abastecimento desse comércio, que deixou de ser gerido pelo trabalho de sacoleiro, exercido pela maioria dos proprietários de pequenas lojas, para ser de responsabilidade das importadoras. Estas, passaram a controlar a distribuição de mercadorias e a terem maior influência sobre as definições das margens de lucros a serem estabelecidas pelos empresários. Consequentemente, houve alteração nas dinâmicas da economia local, possibilitando para aqueles que vivem nessa região de fronteira, maiores possibilidades de manobra quanto a ocuparem-se em atividades geradas pelo comércio.

Na fronteira Brasil/Paraguai observamos situações comerciais diferenciadas. Há o transporte de mercadorias entre os dois países feito à margem da legalidade, mas dependente da aquisição de mercadorias ofertadas no comércio feito "legalmente" por lojas no Paraguai. Esse primeiro comércio citado é composto por trabalhadores que buscam ganhos com a compra e revenda dessas mercadorias. Uma segunda situação diz respeito aos proprietários de lojas, empresários com algum capital, que vivem da compra e revenda de mercadorias de maneira parcialmente "regularizada" em seus estabelecimentos comerciais. As duas formas se inserem no processo de acumulação capitalista, porém, com posições diferenciadas. Os trabalhadores, com sua força de trabalho sendo explorada na contribuição da circulação destas mercadorias para grandes empresas, sendo muitos



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

contratados por terceiros e, os empresários realizando um trabalho para si que também colabora com essa circulação.

No caso dos trabalhadores mobilizados no chamado "contrabando de café" em meados do século XX, a exploração da força de trabalho torna-se mais visível por parte de seus contratantes. Estes são empresários e grandes produtores rurais de diversas regiões do país, que contratam tais trabalhadores por dia de trabalho, para o exercício de uma ocupação considerada legalmente como crime. No transporte não regulamentado de café há uma divisão social do trabalho mobilizando um tipo de ocupação que não é autônoma ao processo de exploração e acumulação capitalista.

Embora fique explícito o aumento do fluxo de mercadorias importadas que passam a entrar do Paraguai para o Brasil, coincidindo com o controle por parte do Estado voltado ainda para o café e o *whisky*, a economia local, baseada principalmente na agricultura, também continua a se articular e lidar com essa possibilidade de melhores ganhos com as diferenças cambiais e de controle entre os dois países. Foi o caso, por exemplo, de produções em menores escalas como a hortelã, o algodão e a criação de gado. Muitos produtores rurais passam a adquirir terras no Paraguai ou a plantar soja no Paraguai e vender no Brasil, ou vive-versa (Albuquerque, 2005). Além disso, percebemos fortes referências à entrada ilegal de agrotóxicos do Paraguai para o Brasil sem passar pelo controle das normas do Estado.

As mudanças econômicas regionais e o processo de formação do lago de Itaipu tiveram influência na leitura dos trabalhadores sobre as condições de vida experimentadas localmente para

pensarem o envolvimento no comércio na fronteira como uma das formas de sobrevivência que lhes restavam. Houve ampliação da possibilidade de navegação entre os dois países e o aumento do transporte e comercialização de algumas mercadorias importadas para abastecer as cidades próximas e outras regiões do país. Essas alterações estiveram articuladas ao processo de mecanização do campo, mudança do tipo de cultivo agrícola e concentração de terras ocorridas no mesmo período nas cidades mencionadas, como será discutido a seguir.

A busca pela sobrevivência por meio das ocupações originadas pelo comércio na fronteira não se fez como algo tão presente na vida dos trabalhadores mais velhos como ocorre entre os mais jovens atualmente. O horizonte e a expectativa de muitos dos trabalhadores mais velhos, centrava-se no trabalho rural e nos setores de serviços em suas cidades de moradia. Para estes, as formas de trabalho geradas pelo comércio na fronteira eram vividas por poucos quando comparados à realidade vivida atualmente pelos jovens entrevistados. Entre esses últimos, há os que encontram dificuldades em encontrar outro horizonte para suas condições socioeconômicas e expectativas futuras ao permanecerem morando nessas cidades. Nesses casos, o trabalho informal no comércio e/ou nas demais práticas que ele envolve, fez-se, para eles, como a opção possível no contexto de suas vidas. Da mesma forma, viver do transporte não regulamentado de mercadorias entre a fronteira parecia não se fazer como algo tão presente na vida dos jovens da década de 1960 e 1970 quanto a realidade vivida pelos jovens atualmente. Conjuntamente a isso,



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

observamos que as interpretações sobre as práticas de trabalho e transporte de mercadorias na fronteira socialmente aceitas ou não sofreram mudanças conforme a presença do Estado fez-se presente no controle e criminalização de algumas delas.

Por exemplo, nos auto-criminais pesquisados, os trabalhadores presos e acusados por contrabando trouxeram em seus testemunhos e nas declarações dos autos de qualificação uma trajetória de vida marcada pelo trabalho rural desde a infância e pela experiência de migração de outros estados para o Oeste do Paraná. Muitos deles indicaram que já não conseguiam viver apenas do trabalho no campo ao argumentarem a importância dos valores obtidos com o "contrabando" para suprirem suas necessidades de sobrevivência. Entretanto, embora as mudanças nas condições de vida dos trabalhadores tenham contribuído para o envolvimento nessas práticas, nem todos vivenciaram esse processo de perda da mesma maneira. A legitimidade apresentada em suas falas também era construída recorrendo-se aos costumes locais e à própria forma de lidar com a legislação fronteiriça ao argumentarem que estavam realizando um trabalho dentro do limite territorial nacional. A legislação e a criminalização do transporte não regulamentado de café não era algo desconhecido pelos trabalhadores acusados. Eles faziam uso delas para tentar contrapor as contradições entre as acusações, a legislação vigente e as condições de vida experimentadas. O campo jurídico também foi identificado como espaço de luta entre trabalhadores e capital.

Entre a década de 1960 e de 1990 as próprias formas de trabalho motivadas pelas diferenças econômicas, legais e

sociais entre os dois países não contavam com uma presença tão significativa de jovens trabalhando e transportando mercadorias diariamente entre Guaíra e Salto del Guairá como a identificada a partir de 2000. Entre 1960 e 1980 muitos jovens estavam envolvidos com o trabalho no campo, pois esta era atividade econômica predominante no período.

Ao longo do período estudado, observou-se como os produtos a serem comercializados entre os dois países dependiam dos aspectos políticos e econômicos relacionados à circulação de mercadorias no mercado. O café foi um produto vantajoso, enquanto havia interesse na sua produção e comercialização, tendo possíveis benefícios a comercialização não regulamentada entre o Brasil e o Paraguai. Quando o interesse de expansão e acumulação capitalista muda, alteram-se também os tipos de mercadorias que podem resultar em possibilidade de ganhos com o comércio e o transporte não regulamentado entre os dois países. Essas mercadorias com maior interesse de controle por parte do Estado são as mercadorias que receberão maior fiscalização. Logo, muitos trabalhadores que se envolvem no comércio e transporte de mercadorias acabam lidando com essa intervenção e criminalização, fazendo, em alguns momentos, uso disso para tirar vantagens econômicas ou mesmo organizar meios de trabalho que consigam sobreviver disto.

Por mais que existam iniciativas do Estado voltadas para disciplinarizar a população local, muitos dos parâmetros entre o "legal" e o "ilegal" não são internalizados da mesma forma por todos aqueles que convivem nesse espaço. As pessoas lidam com essas



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

tentativas de controle e criminalização por parte do Estado, interpretando e avaliando seus atos e olhares sobre seu convívio nesses limites da fronteira com base em muitos aspectos; entre eles, essas ações do Estado, suas trajetórias de vida, suas experiências de trabalho, seus costumes, valores e suas necessidades.

As ações dos agentes do Estado voltadas para o controle e fiscalização das mercadorias também vão mudando ao longo das últimas três décadas, conforme ocorrem mudanças nas interpretações sobre a fronteira e o crime de contrabando por parte dos responsáveis pelo julgamento dos sujeitos que foram detidos. Em meio a isso, também mudam as formas de realizar o contrabando, pois os trabalhadores, independente do controle estatal, continuam a desenvolver ou a buscar meios de sobrevivência com o comércio e o transporte na fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada identificamos que as relações comerciais na fronteira Brasil-Paraguai entre as cidades de Guaíra, Mundo Novo e Salto del Guairá não são um fenômeno novo nessa região. O trânsito de pessoas e mercadorias em busca de trocas, meios de consumo e sobrevivência fez-se presente ao menos desde o início do século XX com a fixação de empresas estrangeiras voltadas para a exploração de recursos naturais como a erva-mate e a madeira. Isto, sem considerarmos o fluxo de pessoas e trocas já existentes entre os moradores e as comunidades indígenas na região.

O controle sobre a forma como a população buscava meios de sobrevivência e bens de consumo entre um ou outro lado da fronteira não se

fazia tão presente por parte do Estado como começou a ocorrer em meados do século XX. As trocas e o comércio de mercadorias para bens de consumo eram interpretados como algo socialmente legitimado em meio às condições de vida experimentadas pela população local. Trabalhar e viver na fronteira era interpretado com base nos costumes e valores morais compartilhados entre a população local do período.

Quando o Estado interveio no intuito de combater o contrabando de café, os trabalhadores passaram a perceber a criminalização do trânsito de determinadas mercadorias na fronteira, estabelecendo conhecimentos e questionamentos sobre a legislação fronteiriça. No comércio e no transporte de mercadorias que não envolviam o café, a relação da população continuava sendo legitimada pelas necessidades de consumo e de trocas na fronteira. Gradativamente, os conflitos expressos nesse controle proporcionaram mudanças nos costumes e valores relacionados à interpretação do trabalho na fronteira. Contudo, essas mudanças não eram aceitas pacificamente por tais sujeitos. Em meio às condições de vida e as experiências vividas ao longo de suas trajetórias de vida, muitos trabalhadores buscaram legitimar e demonstrar a necessidade do envolvimento nessas formas de trabalho.

Ao resgatar parte da forma como os trabalhadores viviam e buscavam sua sobrevivência com o trabalho na fronteira e as ações de outros sujeitos como os empresários, o Estado e suas instituições, analisamos como estas relações eram vividas em meio à luta de classes. As formas de trabalho envolvendo o comércio e o trânsito de mercadoria tiveram sua relevância no



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

passado para parte da população local. Gerações diferentes de trabalhadores pesquisados atribuíram significados ao trabalho na fronteira, que ora se aproximaram e ora apresentaram especificidades, conforme as condições históricas e as trajetórias vividas.

A intervenção do Estado na reafirmação das fronteiras nacionais por volta da década de 1950, combinada às mudanças econômicas nacionais na tentativa de defesa do mercado interno e dos interesses de uma parcela da classe dominante fizeram-se presentes nas mudanças experimentadas pela população local. Nas memórias trazidas pelos trabalhadores, esse processo atingiu diretamente seus modos de vida na medida em que alterou a forma como o trabalho estava organizado na região, dependendo da extração de erva-mate e outros recursos naturais.

Em outras palavras, constata-se que o aumento da fiscalização e do combate à circulação de mercadorias na fronteira e, até mesmo, o desenvolvimento de um maior entendimento da definição do que seria a fronteira – entendida neste momento apenas como um limite jurídico – contribuiu de maneira incisiva na organização e no autorreconhecimento dos trabalhadores. Durante as décadas de 1960 e 1970, ser trabalhador no transporte de mercadorias não regulamentadas e/ou ilegais era uma atividade realizada por trabalhadores envolvidos em outras ocupações, como boias frias, pequenos proprietários rurais e motoristas de caminhão, não se apresentando de maneira tão explícita como é possível se identificar a partir da década de 1980, momento em as posições de classe vão se apresentando de maneira mais definida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José L. Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai. Fortaleza. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: FENELON, Déa R.; CRUZ, Heloísa F.; PEIXOTO, Maria do R. C. Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2005. p. 146.

BOSI, Antônio (Org.). Catálogo da Coleção dos Autos Criminais da Comarca de Toledo (1954-1980). 1. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

DARC, Aparecida. Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo 2009.

PORTELLI, Alessandro. Reflexões promovidas pela linha de pesquisa "Trabalho e Movimentos Sociais" da UFU em 2007, sobre "Caminhos da História Social: diálogos sobre memórias, fontes e perspectivas de investigação", que contou com a participação de Alessandro Portelli, em conjunto as oficinas realizadas pela linha de pesquisa de "Trabalho e Movimentos Sociais" da UNIOESTE.